



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## Número 141 - Abril 2009

### NOSSA OPINIÃO

- [A FAO não tem tempo de “distrair-se” de sua missão de promoção das plantações](#)

### COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Bolívia: em prol da proteção dos últimos povos indígenas isolados](#)
- [Índia: Lepchas prendidos por opor-se a megaprojeto hidrelétrico](#)
- [“Save the Mekong”, uma coalizão para manter vivo o rio](#)
- [Uganda: declaração dos Batwa exige reconhecimento de seus direitos](#)
- [Brasil: II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental](#)

### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: no Dia da Mulher, camponesas em luta contra as plantações florestais](#)
- [Brasil: ocupação das plantações de árvores da Veracel convoca para a reforma agrária](#)
- [China: Em face de dois males: o desmatamento e as plantações de monoculturas de árvores](#)
- [Moçambique: projeto de plantações de pinheiros cria desgraça a 31 famílias no norte](#)
- [Venezuela: expropriação de monoculturas de árvores da Smurfit, uma medida carregada de futuro](#)

### DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO WRM

- [Declaração de Heredia “Clima, Florestas e Plantações”](#)

### MAIS SOBRE PLANTAÇÕES

- [Ignorância deliberada: a FAO e as plantações industriais de árvores](#)
- [FSC: cada vez mais sozinho na trilha da certificação de plantações de árvores](#)
- [Novas publicações do WRM](#)

## NOSSA OPINIÃO

### **- A FAO não tem tempo de “distrair-se” de sua missão de promoção das plantações**

A FAO tem emitido recentemente a edição 2009 de seu “Estado das Florestas do Mundo” que, como sempre, inclui as plantações de árvores como parte das “florestas” do mundo. Apesar de que toda a evidência documentada pelo WRM e outros prova que as plantações de monoculturas de árvores causam desastre social e ambiental – incluindo a destruição das florestas- a FAO continua providenciando um disfarce “verde” para a indústria das plantações, definindo as plantações como “florestas plantadas”.

Em seu recente relatório, ao descrever a situação na América Latina, a FAO diz que as “florestas plantadas aumentarão”, mas que “é improvável que o aumento na taxa de

plantação seja suficiente para compensar o contínuo desmatamento.” Na linguagem da FAO, isso significa que se uma área de terras equivalente à área desmatada for plantada, por exemplo, com plantações de monoculturas de eucaliptos, o desmatamento teria sido “compensado” e portanto não teria ocorrido qualquer desmatamento. Para dizê-lo com os termos mais simples possíveis, de acordo com a FAO, 5 bananas menos 5 maçãs = 0 bananas.

Como é possível equiparar uma floresta tropical biodiversa com uma plantação de monocultura de árvores exóticas? Para a FAO, a resposta é simples: porque as duas produzem madeira. Apesar de que a FAO não o explica claramente, um exemplo pode bastar para prová-lo. Até o ano 2000, a FAO não definia as plantações de seringueiras como “florestas plantadas”. No entanto, em 2000, as plantações de seringueiras viraram subitamente “florestas plantadas”. A razão principal desse milagre foi que os preços da borracha tinham caído e que as seringueiras eram cortadas e industrializadas para produzir produtos madeireiros. Portanto elas viraram fornecedoras de madeira e por conseguinte mereceriam a classificação de “florestas plantadas”, já que para a FAO, uma floresta é simplesmente um sistema produtor de madeira.

Isso é obviamente absurdo. É totalmente claro que as plantações de monoculturas de árvores não tem nada a ver com os ecossistemas de florestas. Enquanto os últimos providenciam habitats e alimentos para inumeráveis espécies de flora e fauna nativas, as primeiras carecem basicamente de biodiversidade. Enquanto as florestas regulam o ciclo hidrológico, as plantações esgotam os recursos aquáticos. Enquanto as plantações resultam na exportação dos nutrientes do solo, as florestas os reciclam constantemente. Enquanto as florestas providenciam meios de subsistência aos povos dependentes das florestas, as plantações destroem os recursos dos que dependem.

É importante salientar que a definição de florestas não é uma discussão acadêmica nem lingüística: é um problema político que tem sérias conseqüências sociais e ambientais na prática. Definir as plantações como florestas empodera o setor corporativo, particularmente as companhias de plantação, e desempodera as comunidades locais que se opõem a elas para proteger seus meios de subsistência. A FAO continua tendo esse papel ao negar-se a mudar sua definição.

Felizmente, a FAO está virando cada vez mais isolada neste assunto. Em 2008, um grupo de mais de 100 profissionais e estudantes florestais de 29 países diferentes emitiram uma declaração dizendo que “No mundo inteiro os governos estão promovendo, ativamente, a expansão em grande escala das monoculturas, apesar dos graves impactos socioambientais já constatados em plantações dessa natureza. Os que impulsionam esse modelo afirmam que as monoculturas são florestas, o que não é a realidade. As monoculturas não são florestas. Lamentavelmente, muitos de nossos colegas florestais apóiam esse modelo, e as nossas instituições de ensino continuam preparando novas gerações de profissionais florestais formados para perpetuar e ampliar esse modelo florestal que pretende ver florestas onde elas não existem.”

Em setembro passado, um representante do WRM apresentou a declaração dos florestais a funcionários da FAO em Roma e eles admitiram suas preocupações sobre determinados tipos de plantações de árvores –que reconheceram que têm impactos negativos. No entanto, sua resposta foi que pelo momento, a organização não tinha a

intenção de alterar a definição porque isso seria “uma distração do processo liderado pela FAO de diretrizes para melhorar as plantações.”

Isso é incrível. Como pode uma organização poderosa como a FAO fingir que não pode desempenhar duas tarefas relacionadas ao mesmo tempo? É tão difícil assim alterar uma definição e ao mesmo tempo continuar liderando um processo para providenciar diretrizes para as plantações? A resposta óbvia é que a FAO não tem a intenção de alterar uma definição que tem resultado tão efetiva para a expansão das plantações sob o disfarce de “florestas plantadas”.

O fato é que a FAO continua sendo um ator principal na promoção das plantações. Seu recente relatório sobre o estado das florestas do mundo também constitui evidência disso. Analisando os potenciais impactos da atual crise econômica no setor florestal, o relatório sugere “a busca de um ‘caminho verde’ para o desenvolvimento”, incluindo – surpresa, surpresa- “através de florestamento e reflorestamento”. Na linguagem da FAO essas duas palavras, florestamento e reflorestamento, significam o mesmo tipo de plantações de monoculturas de árvores que estão atingindo as pessoas e o meio ambiente. Essas plantações receberão não apenas o disfarce de “florestas plantadas” mas também credenciais sociais e ambientais falsas através das diretrizes voluntárias da FAO para “melhorá-las”. Isso, e não a alegação da organização de que não tem tempo de “distrair-se”, explica sua relutância a adotar uma séria definição de florestas que exclua as plantações como tais.

Goste ou não a FAO, cada vez mais pessoas do mundo inteiro estão elevando suas vozes para exprimir uma verdade simples e óbvia: as plantações não são florestas! A FAO pode fingir que é surda, mas a mensagem é cada vez mais forte e clara.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### **- Bolívia: em prol da proteção dos últimos povos indígenas isolados**

Recebemos recentemente uma publicação do FOBOMADE e da Rainforest Foundation Norway, de 2008, autoria de Pablo Cingolani, Álvaro Díez Astete e Vincent Brackelaire, intitulada “Toromonas. A luta pela defesa dos Povos Indígenas Isolados na Bolívia”, que informa exaustivamente sobre a situação destes povos na região.

Entre os diversos artigos da publicação queremos salientarmos um deles que faz referência à aprovação, por parte do governo da Bolívia, da Resolução 48, que é uma medida histórica em defesa de um povo indígena isolado:

“O governo da Bolívia, chefiado pelo primeiro indígena que tomou posse da presidência da república do país, Juan Evo Morales Ayma, aprovou no dia 15 de agosto de 2006 uma histórica resolução com relação à situação dos últimos povos indígenas isolados que habitam o território boliviano. A esse respeito, o presidente decretou como ‘Zona Intangível e de Proteção Integral de Reserva Absoluta’ os territórios dentro do Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado (PNANMI) Madidi- uma área protegida nacional de cerca de 19.000 quilômetros quadrados e um dos reservatórios mais

significativos de biodiversidade no âmbito planetário- onde habita um dos últimos povos isolados do país e do mundo, presumivelmente herdeiro dos Toromonas históricos (vide Boletim Nº 105 do WRM), que no início do século XX abandonaram o contato com a sociedade boliviana fugindo do genocídio da época da borracha.

Pela primeira vez na história republicana do país- em cujo seio convivem nações originárias tão relevantes como a Aymara, a Quéchuas e a Guarani- o Estado boliviano introduz em seu âmbito de ação a problemática dos povos indígenas isolados, em situação de contato inicial e/ ou em situação de extrema vulnerabilidade.

Dentro da complexa e colossal realidade indígena, acredita-se até agora que deve ser considerada a existência de pelo menos nove grupos étnicos ou segmentos de grupos étnicos isolados na Bolívia, mas nenhum deles com caráter de 'contato inicial'.

As populações isoladas das quais há referências de variada qualidade informativa, mas em todos os casos bem possíveis de existir, são:

- \* Departamento de La Paz: Toromona, Araona, Ese Ejja.
- \* Departamento de Santa Cruz: M'bya Yuki, Ayoreode.
- \* Departamento de Pando: Pacahuara.
- \* Departamento do Beni: Yuracaré, T'simanes, Mosetene.

Neste novo país que se pretende construir, reparando os estragos de um genocídio oculto e esquecido, cicatrizando feridas históricas, deixando de lado omissões escandalosas, a aprovação da Resolução 48 com a criação de uma zona de reserva absoluta para a proteção de um povo indígena isolado na floresta amazônica não é apenas um marco histórico. Trata-se da possibilidade de construir, de vez, uma plataforma para uma ação efetiva que, com o Estado plurinacional e intercultural que se quer instaurar a partir dos resultados da Assembléia Constituinte Originária, salve do extermínio a esses povos e garanta seus direitos humanos.

A Resolução 48- que expressa a cristalização de anos de trabalho em torno à situação do povo isolado no interior do Parque Nacional Madidi- abre um precedente estratégico para a proteção dos povos indígenas isolados da Bolívia e deve servir como a plataforma visível e prática que é reclamada para futuras ações governamentais que apelem não apenas à força e à decisão nacionais, senão à ampla solidariedade internacional no assunto, já que os últimos povos indígenas isolados da Bolívia são também alguns dos poucos últimos povos isolados do mundo.

Além da resolução de conformação de uma área de reserva absoluta para proteger o povo indígena isolado do Madidi, está em pleno desenvolvimento um conjunto de ações de apoio e fortalecimento às comunidades mestiças de sua zona de influência para evitar a trágica dependência de uma economia predadora que constitui a principal ameaça para o grupo humano que se pretende resguardar através da norma aprovada.

Sob uma visão integral e à procura de uma projeção do comunitarismo intercultural democrático no âmbito estatal e no conjunto da sociedade, os povos indígenas isolados, por sua interdependência total com os territórios que ocupam e onde é preservada a biodiversidade em um equilíbrio ancestral, transformam-se em um

arquétipo do novo paradigma sócio- estatal. Não podemos considerá-los apenas como um tesouro cultural, mas também como um testemunho vivo e um espelho de que outra sociedade, mais humana, mais saudável e mais criativa, é possível”.

Extraído e adaptado de: “Zona de Reserva Absoluta Toromona: una medida histórica del gobierno de Evo Morales Ayma hacia una política nacional de protección integral de los últimos pueblos indígenas aislados de Bolivia”, por Álvaro Díez Astete e Pablo Cingolani, artigo da publicação do FOBOMADE e a Rainforest Foundation Norway, 2008, “Toromonas. La lucha por la defensa de los Pueblos Indígenas Aislados en Bolivia”, Pablo Cingolani/ Álvaro Díez Astete/Vincent Brackelaire, [http://www.cebem.org/admin/cmsfiles/publicaciones/Toromonas\\_.pdf](http://www.cebem.org/admin/cmsfiles/publicaciones/Toromonas_.pdf)

início

---

### **- Índia: Lepchas prendidos por opor-se a megaprojeto hidrelétrico**

A antiga tribo Lepcha eram habitantes isolados da floresta que viveram em harmonia com a natureza durante séculos. Eram caçadores-coletores que levaram vidas nômades até a metade do século dezenove, quando começaram a praticar a agricultura em lugares fixos. São conhecidos por seu rico patrimônio cultural e por serem sagrados e restringidos, especialmente para os forasteiros.

Os Lepchas habitam o vale de Dzongu no pequeno estado do Himalaia de Sikkim, perto da fronteira chinesa. A área, com densa cobertura florestal tem sido oficialmente demarcada como reserva para a comunidade. Limita com a Reserva da Biosfera Khangchendzonga e está localizada a aproximadamente 70 quilômetros ao norte da capital do Estado, Gangtok, limitada no sudeste pelo rio Teesta, que os Lepchas consideram seu rio sagrado. O Teesta atravessa uma distância de 414 km, cruzando Sikkim, porções das colinas Darjeeling e as planícies de Jalpaiguri antes de submergir-se no Brahmaputra em Bangladesh. Com densa cobertura florestal e rica biodiversidade, a bacia fluvial do rio Teesta alberga um dos 25 *hotspots* (área prioritária para conservação) de biodiversidade do mundo e qualquer obstáculo no fluxo natural do turbulento rio trizeria desastre para os habitantes da área.

Em 2003 foi lançada uma iniciativa para construir 162 projetos hidrelétricos massivos em 16 estados indianos, quase sempre localizados nas áreas empobrecidas e tribais do norte. Há propostas de sete projetos dentro da Reserva Dzongu, no rio Teesta e seus tributários, como por exemplo o rio Rangyang, onde está sendo projetado o Projeto Hidrelétrico Panan de 280 mw. O projeto tem obtido até agora a autorização ambiental mais ainda deve obter a autorização florestal e a autorização da Autoridade Central de Eletricidade. Está sendo desenvolvido pela Himagiri Hydro Energy Ltd. e promovido pela Nagarjuna Fertilisers.

Os Lepchas estão opondo-se ao estabelecimento de megaprojetos, já que os consideram não apenas uma ameaça para o meio ambiente, mas também para suas tradições e cultura. Receiam que a desapareção do rio em uma série de túneis propostos estará acompanhada por sua própria marginalização. Os projetos em grande escala trazem impactos em grande escala sobre as vidas dos habitantes da área. Dois

projetos hidrelétricos já construídos, junto com outros fatores, têm começado a ter suas conseqüências: os escorregamentos e deslizamentos de terras na região têm aumentado.

Os Lepchas se têm reunido para criar a ACT (Cidadãos Afetados de Teesta) e lançar uma campanha com a clássica forma de *satyagraha* (movimento não violento) que inclui passeatas, jejuns e similares. A ACT tem estado encabeçando os protestos em Sikkim contra os megaprojetos hidrelétricos, especialmente na Reserva Protegida Lepcha de Dzongu. Ela tem conseguido deter quatro dos seis projetos hidrelétricos localizados dentro de Dzongu e agora está objetivando o Projeto Hidrelétrico de Panan.

Recentemente, no passado dia 7 de fevereiro, policiais de Sikkim prenderam 43 manifestantes, incluindo 7 mulheres e dois jovens da ACT com base em uma queixa apresentada pelo gerente geral da Himagiri Hydro Energy Private Limited, desenvolvedores do projeto de Hidrelétrico Panan. Os ativistas prendidos incluíram Dawa Lepcha, Secretário Geral, Tenzing Lepcha e Gyatso Lepcha, o Presidente do CLOS (Lepchas Preocupados de Sikkim) e o Vice-presidente do Sangha de Dzongu. Dois jovens manifestantes foram no entanto liberados. O resto foi levado sob custódia policial, e foi mantido em prisão, acusado de incêndio e invasão do sítio do projeto da barragem.

É a primeira vez na história de Dzongu que a polícia entra na Reserva Lepcha e prende tantas pessoas.

A ACT exigiu a liberação incondicional dos membros prendidos, alegando apreensões arbitrárias. Finalmente solicitaram a liberdade sob fiança, que em 9 de março foi outorgada aos ativistas de ACT.

*"Dzongu é o único que resta para nós, como podemos deixar que a destruam?"*

Artigo baseado em informação fornecida por Soupama Lahiri, e-mail:

[soupama.lahiri@gmail.com](mailto:soupama.lahiri@gmail.com), e Voice of Sikkim,

<http://www.voiceofsikkim.com/ACT/Environment/ACT/>

início

---

### **- "Save the Mekong", uma coalizão para manter vivo o rio**

O Rio Mekong é um dos principais rios do mundo e flui por 4.350 km (2.703 milhas), drenando uma área de 795.000 km<sup>2</sup>. (1) Como Aviva Imhof de IRN descreve excelentemente, "O Rio Mekong é um caleidoscópio mudador de culturas, geografia e vida de plantas e animais. Desde um pequeno fio de água no Tibet, o rio ganha velocidade e talha desfiladeiros magníficos através da Província de Yunnan da China. Depois se transforma no que continua sendo pela maior parte da viagem: um curso de água de rápido fluxo e serpeante que forma o coração e a alma do continente do Sudeste da Ásia." (2)

O sistema fluvial também constitui a base da segurança alimentar regional, já que sua rica biodiversidade aquática, que é a segunda maior somente depois do Amazonas,

não somente alberga estoques de peixes migratórios e espécies em perigo de extinção, mas também sustenta uma das pescarias continentais mais produtivas do mundo, especialmente, pescarias em pequena escala. Também os granjeiros conseguem cultivar arroz alimentado pela chuva e peixes de água doce. Portanto, para os mais de sessenta milhões de aldeões da China, Birmânia, Tailândia, RPD do Laos, Camboja e Vietnã, que vivem em e próximos ao Rio Mekong, o compartilham e dependem dele; a água é mais do que uma fonte de vida, é uma forma de vida.

No entanto, surdos a todas as advertências e cegos ao potencial dano para a riqueza biológica e cultural dos rios, bem como para a sobrevivência das aldeias, os governos do Camboja, Laos e Tailândia estão planejando uma série de onze grandes barragens hidrelétricas para as porções mais baixas do Rio Mekong. O objetivo é satisfazer o crescente fome urbano por eletricidade e até exportar eletricidade para cidades distantes. Os grandes consórcios de companhias hidrelétricas poderiam estar esfregando-se as mãos perante a perspectiva de grandes lucros com a substituição de um “rio de vida” por uma série industrializada de reservatórios.

As barragens colocam em perigo a ecologia tanto do rio quanto dos ecossistemas de florestas do sistema do rio Mekong, bem como as vidas dos milhões de pessoas ribeirinhas que dependem do rio para sua sustentação e segurança alimentar (ver Boletim Nº 136 do WRM) e cada um dos projetos de desenvolvimento dos recursos aquáticos proposto para a bacia do Rio Mekong tem o potencial de prejudicar a ecologia. Os estudos de avaliação pelo Centro de Recursos do Mekong têm confirmado que as barragens ameaçam a viabilidade e sustentabilidade futuras dos peixes e pescarias do Mekong, já que obstruiriam a migração de peixes, degradariam habitats aquáticos e afetariam o regime de fluxo. Os estudos também revelaram que “não há tecnologia de mitigação existente que possa efetivamente lidar com o efeito de barreira das principais barragens sobre as migrações de peixes” e que “(O) custo de substituir este recurso essencialmente livre por uma outra fonte de alimentos, renda e emprego seria proibitivo. Com essa perspectiva, fica claro que a conservação de pescarias silvestres é crucial para manter a segurança alimentar e a estabilidade social.”(3)

A geração em grande escala –para quem e para que?- gerada em um sítio remoto e transportada por linhas de transmissão de longa distância para o consumidor, é um dos principais aspectos subjacentes do problema.

Como resposta, as organizações não governamentais, os povos locais, acadêmicos, jornalistas, artistas e pessoas comuns de países do Mekong e em nível internacional que compartilham a preocupação sobre o futuro do Rio Mekong se uniram para criar uma coalizão. “Save the Mekong” (Salvem o Mekong) foi criada “para proteger o rio, seus recursos e os meios de vida das pessoas e para incentivar os criadores de políticas para adotar formas mais sustentáveis de satisfazer as necessidades de energia e água das pessoas.”

A coalizão tem criado um site <<http://www.savethemekong.org>> e realiza campanhas instando os Primeiros Ministros do Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã para fazer com que o Mekong continue fluindo livremente. Em março e abril, membros da coalizão estarão colhendo cartões assinados das pessoas em países que seriam afetados pelos

projetos e no mundo inteiro. Eles convidam todas as pessoas a apoiar a campanha, acrescentando o nome na correspondente petição on-line em <<http://tinyurl.com/Save-the-Mekong>>, pedindo aos governos que Salvem o Mekong e protejam os meios de vida daqueles que dependem dele.

(1) <http://en.wikipedia.org/wiki/Mekong>

(2) World Rivers Review, International Rivers Network,  
<http://www.internationalrivers.org/files/WRRjune2007Final.pdf>

(3) ([http://www.mekong.es.usyd.edu.au/events/past/Conference\\_Nov2008/AMRC%20fisheries%20Brief%209%20%20Final%20\(Engl\).pdf](http://www.mekong.es.usyd.edu.au/events/past/Conference_Nov2008/AMRC%20fisheries%20Brief%209%20%20Final%20(Engl).pdf))

início

---

### **- Uganda: declaração dos Batwa exige reconhecimento de seus direitos**

Os Batwa (com freqüência caracterizados como “pigmeus”) geralmente são considerados como os habitantes originários da floresta equatorial na região dos Grandes Lagos que abrange Uganda, Burundi, Ruanda e a República Democrática do Congo. Na Uganda, eles vivem na floresta das Montanhas Mufumbira, no sudoeste do país. São caçadores- coletores que dependem das florestas para sobreviverem e encontram nas florestas o alimento para sua vida espiritual e social.

Na década de 1930, as terras dos Batwa foram declaradas florestas e reservas de caça pelo poder colonial britânico, o que implicou que os Batwa comessem a ter restrições no acesso a seu próprio território, mesmo que a floresta continuasse sendo econômica e culturalmente importante para eles.

Em 1991, e sem a participação dos Batwa, essas reservas florestais tornaram-se parques nacionais sob o modelo colonial e neo- colonial de “Conservação como fortaleza”: Parque Nacional de Mgahinga Gorilla, Parque Nacional da floresta impenetrável Bwindi e Reserva Florestal de Echuya Central . O círculo ao redor dos Batwa foi assim fechado: foram proibidos de suas atividades florestais tradicionais e deslocados de seus territórios, recebendo pouca ou nenhuma compensação. Hoje, quase a metade permanece sem terras (ocupam ilegalmente terras de outros e trabalham para patrões não pertencentes ao povo Batwa com acordos de trabalho não remunerado) e quase todos vivem na absoluta pobreza. Eles têm piores níveis de assistência sanitária, educação e empregos do que seus vizinhos étnicos.

Em uma recente declaração (13 de fevereiro de 2009) apresentada junto ao governo da Uganda e assinada por 41 representantes comunitários dos Batwa de cinco distritos do sudoeste da Uganda, afirmam que desde então eles “não têm moradias nem terras e são uma das comunidades mais pobres e mais marginalizadas na Uganda”. Na declaração, eles expressam que, “devido a sermos indigentes, dependemos dos empregos temporários para sobrevivermos e construímos abrigos temporários em territórios que pertencem a outras comunidades vizinhas. Somos impedidos da oportunidade de viver uma vida digna e contribuir ao desenvolvimento nacional como outros cidadãos da Uganda, contrariamente aos Padrões Internacionais dos Direitos Humanos e a Constituição da República da Uganda”. Aproximadamente 6700 Batwa vivem na Uganda.

Um representante dos Batwa expressou no encontro recente em que foi elaborada a declaração, “Por que os animais são protegidos com armas mas nós, o povo, estamos sofrendo? Nós votamos, mas somos cidadãos deste país?”

Um comunicado de imprensa da Organização Unida para o Desenvolvimento dos Batwa na Uganda (UOBDU) a respeito da declaração dos Batwa descreve a triste e injusta indigência dos povos originários que viveram desde tempos imemoráveis em coexistência com o meio ambiente: “Os Batwa acampam temporariamente em territórios de outros povos em Kisoro, Kabale, Kanungu, Mbarara e Masaka. Cada dia, eles oferecem mão-de-obra não remunerada em troca de alimentos. Se essa condição for rompida, a consequência é a expulsão das terras individuais. A mulher Mutwa [Batwa] está limitada a receber alimentos por seu trabalho e nem sequer tem alimentos suficientes para alimentar suas crianças menores. Ela também é obrigada a tirar seus filhos mais velhos da escola para fornecer mão-de-obra.”

Os Batwa apresentaram um pedido básico de justiça: “Cientes de todos os seres humanos serem iguais e terem direitos e liberdades sem diferenciações de nenhum tipo todos os seres humanos merecem ser tratados com dignidade e respeito”. Eles relembram o governo de estar obrigado pelas disposições constitucionais “a estabelecer um mecanismo efetivo para lidar com qualquer perigo ou situação que resulte em deslocamento geral de povos ou sérias alterações de seus meios de vida”- sendo essa a situação que eles estão enfrentando.

Na declaração, os Batwa reclamam respeito do “direito fundamental a nossos territórios ancestrais”, e afirmam que- à espera da resolução de suas reclamações territoriais- “o governo deveria providenciar terras alternativas” para serem assentados. Ao mesmo tempo, eles exigem que “já que a floresta conforma os alicerces de nossa herança cultural e espiritual, o governo deveria permitir-nos o acesso à floresta para podermos preservar nossos valores culturais.”

O comunicado de imprensa da UOBDU afirma, “A declaração dos Batwa, agora apresentada ao governo da Uganda, irá encabeçar a estratégia de sua contínua luta para seus direitos serem reconhecidos. Recomendamos energicamente que o governo preste atenção à situação premente dos Batwa e que eles sejam integrados nos esforços de desenvolvimento nacional da Uganda. Os Batwa são privados de ter acesso a suas florestas e a maioria não têm terras. O governo da Uganda tem obrigações conforme a lei internacional.” Está na hora de o governo agir e reparar uma injustiça de longa data.

Artigo baseado no comunicado de imprensa da UOBDU de 23 de fevereiro de 2009, em [http://www.forestpeoples.org/documents/africa/uganda\\_batwa\\_declaration\\_press\\_rel\\_feb09\\_eng.pdf](http://www.forestpeoples.org/documents/africa/uganda_batwa_declaration_press_rel_feb09_eng.pdf), divulgado por Amarantha , e-mail: [amarantha@forestpeoples.org](mailto:amarantha@forestpeoples.org), e a Declaração dos Batwa em [http://www.forestpeoples.org/documents/africa/uganda\\_batwa\\_declaration\\_feb09\\_eng.pdf](http://www.forestpeoples.org/documents/africa/uganda_batwa_declaration_feb09_eng.pdf)

[início](#)

## - Brasil: II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental

No 25 de março de 2009, o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, celebrou o II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental.

Em seu documento final destacam três casos emblemáticos:

“O de Crispim dos Santos, convidado para representar o Quilombo de São Francisco do Paraguaçu, Bahia, cuja presença chegou-se a temer não viesse a se concretizar devido às ameaças de morte que sobre ele e outros companheiros de sua comunidade pairaram na semana anterior ao Seminário.

O de Angelina de Carvalho Pereira, do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre, que contagiou a todos com sua força e relatos sobre a coragem de suas companheiras, algumas processadas e condenadas por lutarem pela garantia de seus direitos, ameaçados pela Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul.

O terceiro caso não se limitou a um indivíduo, mas ao povo indígena Anacé. Ameaçados de expulsão de suas terras pela implantação do Complexo Industrial Portuário do Pecém, os Anacé nos receberam no último dia de trabalho e conosco compartilharam seu território, seus alimentos, seus cantos, suas danças e sua alegria, bem como seus receios e sua indignação frente aos riscos de serem sumariamente negados em sua identidade e expulsos de suas terras.

Esses três casos simbolizam as preocupações e o compromisso que o próprio tema do encontro se propôs a discutir - Disputa pelo território e capitalismo: desenvolvimento para quê e para quem.

De um lado, eles evidenciam as diversas formas de violência que vêm sendo enfrentadas pelas populações tradicionais; de outro, dão conta também da rica resistência que elas estão estabelecendo frente aos que buscam dizimá-las em nome de um suposto “progresso”, social e ambientalmente injusto. Esse processo tem culminado na constituição dessas populações como sujeitos políticos, na luta pela garantia dos territórios, autonomia e soberania dos povos.

Casos como esses se multiplicam aos milhares no campo e nas cidades. Essas situações são conseqüências de um sistema econômico e de um modelo de desenvolvimento que, para desilusão de muitos ganha, no atual Governo, ritmos acelerados e novos formatos, em alguns casos tão ou mais desumanos que em governos anteriores.

Das cidades, as vozes contavam de Catadores de Materiais Recicláveis, trabalhando em meio a grandes lixões; de moradores de áreas de risco, geológico e ambiental, cujas vidas são cotidianamente ameaçadas; de favelas transformadas em guetos de pobreza e negação de direitos básicos. Nesses espaços, as mulheres, cada vez mais responsabilizadas pelo sustento das famílias, gestão da pobreza e suas conseqüências, têm sua cidadania negada sob a égide de um estigma que as rotula como “mães, mulheres e irmãs de marginais”. Sofrem, assim, variadas formas de

violência - doméstica, urbana e institucional.

Do campo e da floresta, viriam relatos de inúmeros conflitos envolvendo povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, camponeses, numa sucessão de exemplos de indignidades, na maior parte com a omissão e/ou conivência dos poderes executivos, legislativos e judiciários.

Em todos os casos, os processos são semelhantes: projetos econômicos são apresentados sob o discurso do progresso, desenvolvimento e geração de emprego e renda. A realidade, no entanto, é bem diferente. Sob esse pretexto, privatizam e exploram os bens naturais e o trabalho das comunidades, dizimando culturas e tradições.

Todo um aparato institucional é colocado à disposição dos grandes empresários. As reivindicações das comunidades transformam-se em casos de polícia, e quem ousa resistir passa a ter a própria vida e a de sua família ameaçadas.

Nas florestas – lugar de vida dos encantados e dos orixás e fundamental para a manutenção do modo de vida e identidade dos povos e comunidades tradicionais -, as derrubadas são um primeiro passo do genocídio cultural. As próprias comunidades - cujas necessidades são consequência de históricas negações de direitos – são seduzidas por promessas de melhorias de vida e usadas como “mão de obra descartável” em atividades “inferiores” no início do processo produtivo. Nessa lógica perversa, são elas que irão arrancar as raízes das árvores que lhes davam sombra, frutos e vida. São elas que prepararão o terreno para a semeadura das monoculturas que as expulsarão, degradando os solos, privatizando a água e a terra, e por fim destruindo todas as formas tradicionais de trabalho.

O trabalho escravo continua vivo nos latifúndios. Nas colheitas das plantações e nas carvoarias, a mão-de-obra infantil é usada de forma tão desumana quanto nos primórdios do capitalismo industrial. Para muitos povos indígenas e quilombolas, o suicídio torna-se muitas vezes a única alternativa a esse *não-ser* a que se vêem condenados.

De acordo com os interesses que representam, os meios de comunicação invisibilizam e/ou deslegitimam a existência desses povos e comunidades, mostrando-os como “entraves ao desenvolvimento” e subsidiando sua criminalização.

É contra esse estado de coisas que o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental, nascido do seio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, e seus parceiros se levantam.

Desenvolvimento para quê e para quem? Não existe desenvolvimento às custas da desigualdade e da exploração. Progresso não pode ser definido pela ganância e pelas leis do mercado. Menos ainda quando essas leis recriam, em pleno século XXI, verdadeiros leilões de seres humanos.

Um projeto de sociedade verdadeiramente justo e democrático terá que ser construído a partir do reconhecimento dos direitos das comunidades que de fato defendem os nossos territórios e produzem com seu trabalho, o sustento, os meios de vida, a força,

a cultura e a alma deste País.

Nesse sentido, o GT de Combate ao Racismo Ambiental reafirma-se como sujeito na luta política por uma sociedade radicalmente democrática, onde para todas as populações sejam garantidas autonomia, soberania, justiça e participação política. Lado a lado com seus parceiros, apóia todas as lutas dos povos indígenas, das populações quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e de todas as comunidades tradicionais do campo, bem como dos movimentos populares urbanos que cotidianamente têm enfrentado a força de uma sociedade dominada pela lógica desumanizadora do mercado e do capital. É esse o nosso compromisso.”

II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, Carta de Fortaleza, 25 de março de 2009, Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (texto na íntegra:

[http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Seminario\\_Racismo\\_Ambiental.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Seminario_Racismo_Ambiental.pdf)).

início

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### **- Brasil: no Dia da Mulher, camponesas em luta contra as plantações florestais**

No Dia Internacional da Mulher, mais uma vez, as mulheres lideraram no Brasil a luta contra as monoculturas de árvores.

Como tem acontecido desde 2006, quando cerca de 2 mil agricultoras da Via Campesina destruíram várias estufas e uns 8 milhões de mudas de eucalipto da empresa de celulose Aracruz Celulose (vide Boletim Nº 104 do WRM), o dia 8 de março é um dia de mobilizações e denúncia contra as monoculturas florestais.

No Estado do Espírito Santo, cerca de 1300 mulheres da Via Campesina chegaram em 14 ônibus ao porto da Portocel em Barra do Riacho, no norte do Estado. O porto é propriedade da Aracruz Celulose (junto com a empresa japonesa Cenibra, outra produtora de celulose) e é o único porto do Brasil especializado no embarque de celulose, com uma capacidade de embarque anual de 7,5 milhões de toneladas de celulose. A ação, que levou cerca de meia hora, deteve por quase cinco horas as atividades de uns 50 caminhões para embarcar celulose. Também foram pichados fardos de celulose, estragando aproximadamente duas toneladas. (1)-

A ação teve o objetivo de denunciar diante da sociedade a concentração de terras da Aracruz Celulose, uma das principais representantes do agronegócio no país. Cerca de 300 mil hectares de terras estão ocupados por plantações de eucaliptos destinados à produção de celulose para exportação, e parte desses milhares de hectares são terras de comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras e ribeirinhas. A Aracruz Celulose também concentra a água: consome 248 mil metros cúbicos de água ao dia, o que equivale ao consumo de uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Para abastecer-se, foi desviado parte do rio Doce, prejudicando assim várias comunidades locais (vide Boletim Nº72 do WRM).

A ocupação da terra com monoculturas de eucaliptos têm ocorrido à custa da soberania alimentar e em detrimento da produção camponesa. Em uma cartilha recém- publicada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Estado do Espírito Santo contrasta-se a agricultura diversificada com a plantação de eucaliptos desenvolvida pelas empresas (“Um alerta sobre o fomento florestal”:

[http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento\\_Florestal.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento_Florestal.pdf)). Nela fica claro que para a família camponesa a produção diversificada é a que garante alimentos saudáveis e trabalho para toda a família, ao tempo que as plantações de eucaliptos só acarretam prejuízos. Apesar disso, as empresas florestais continuam recebendo mais apoio do Estado: a modo de exemplo, o grupo Votorantim recebeu recentemente um milhão de dólares para comprar ações da Aracruz e assim resgatá-la de uma possível falência.

Outra das ações de luta contra o avanço das plantações florestais foi realizada no Estado do Maranhão, onde há mais de 10 municípios afetados pelas monoculturas de eucaliptos. Na fazenda da Vale do Rio Doce, em Açailândia, mulheres da Via Campesina incendiaram toras de eucalipto. Nessa área, o eucalipto plantado abastece uma carvoaria que é responsável por uma grande poluição aérea que abala a vida de mais de 1800 habitantes do vizinho assentamento Califórnia. A empresa tem 200.000 hectares a mais que serão destinados para a plantação de eucaliptos a fim de abastecer à empresa Suzano Papel e Celulose, que se instalará na região.

O protesto visava reclamar políticas públicas para garantir a soberania alimentar e energética da população brasileira, em lugar do financiamento de grandes projetos do capital internacional que destroem os recursos naturais e não geram empregos. (2)

Por outro lado, no Estado do Rio Grande do Sul, cerca de 700 camponesas ocuparam a fazenda Ana Paula, pertencente à empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Candiota. A ocupação foi iniciada com o corte de eucaliptos do estabelecimento e fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina com a finalidade de denunciar as conseqüências da monocultura de eucalipto na região: falta de água para consumo humano e produção, desertificação e acidez do solo, perda de biodiversidade com graves conseqüências para o ecossistema de pradarias. Muitos vizinhos da VCP já sentem os impactos das monoculturas que secaram os poços e alteraram a fauna, provocando invasões de animais que afetam suas lavouras. (3). Contudo, o dinheiro público, que sai dos bolsos da população na forma de impostos continuam sendo repassado a bancos e empresas do agronegócio que degradam o ambiente, expulsam os camponeses do campo e não geram empregos.

A ocupação da fazenda Ana Paula foi posteriormente reprimida com violência pela Brigada Militar.

Outras ações das mulheres em Pernambuco, Paraná, São Paulo e Brasília denunciaram os prejuízos dos grandes projetos de irrigação, a criação extensiva de gado para exportação à custa de florestas e biodiversidade, a produção de monoculturas de cana-de-açúcar, soja, eucalipto, pinheiro; em suma, a expansão do agronegócio. (4)

O Brasil tem 130.000 famílias sem terra organizadas em acampamentos, à espera de obter direitos sobre a terra, e mais de 4 milhões de famílias sem terra. “A aplicação da reforma agrária e a consolidação de um novo modelo agrícola depende da derrota do

modelo econômico atual”, alerta Itelvina Masioli da Via Campesina. É um modelo que se apropria e domina a água, a terra, as fontes de energia, os minérios, as sementes e toda biodiversidade. A prestação de créditos rurais do governo federal ao agronegócio neste período (2008/09) foi de uns 30 bilhões de dólares, ao tempo que para os empreendimentos familiares foram destinados apenas 5,8 bilhões de dólares.

Inclusive o Diretor General da FAO, Jacques Diouf, deu apoio às propostas da Via Campesina. O segundo dia de protestos, Diouf recebeu em Brasília a uma delegação camponesa e ouviu um relatório das ações. Declarou que a luta é “justa e necessária”.  
(5)

As mulheres camponesas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e sem terra querem denunciar com suas ações políticas a extrema gravidade da situação dos trabalhadores rurais do Brasil. Diante da repressão e criminalização das lutas sociais reafirmam o direito a lutar em defesa da agro-ecologia, a biodiversidade, a agricultura camponesa cooperativa, a produção de alimentos saudáveis, a reforma agrária, a terra, a água, as sementes e a energia como bens da natureza a serviço dos seres humanos. Anunciam que: “rompemos o silêncio para resgatar nossa cultura e o conhecimento camponês, para resgatar nosso Brasil. E para isso convocamos todo o povo brasileiro a ir à luta, para se unir na construção de um novo projeto de desenvolvimento- que beneficie o povo brasileiro”. (6)

(1) “Via Campesina ocupa porto da Aracruz Celulose”, Gazeta On Line, <http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2009/03/64300-via+campesina+ocupa+porto+da+aracruz+celulose.html>; “Mulheres da Via Campesina ocupam porto da Aracruz no ES”, MST, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6377>

(2) “Mulheres queimam toras de eucaliptos da Vale no Maranhão”, MST, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6393>

(3) “Trabalhadoras ocupam área da Votorantim no RS”, MST, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6381>

(4) Mulheres lutam contra agronegócio em quatro regiões, MST, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6395>

(5) “Diretor-Geral da FAO elogia luta das mulheres camponesas”, MST, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6425>

(6) “Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio, por reforma agrária e soberania alimentar”, Manifesto das Mulheres da Via Campesina, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6397>

[início](#)

---

### **- Brasil: ocupação das plantações de árvores da Veracel convoca para a reforma agrária**

O dia 17 de abril tem sido declarado por La Via Campesina como o “Dia Internacional das Lutas dos Camponeses” para comemorar a matança pela polícia brasileira em 1996 de 19 camponeses do movimento “sem terra” enquanto se mobilizavam para ter acesso a um pouco de terra.

O problema da terra tem virado um assunto muito importante no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido muito ativo.

No passado 8 de abril, 1.500 famílias sem terra do MST ocuparam a propriedade Putumuju da companhia da celulose e do papel Veracel Celulose (uma joint venture da gigante da celulose sueco-finlandesa Stora Enso e a Aracruz Celulose, baseada no Brasil), em Eunápolis, no sul do estado da Bahia. Eles cortaram aproximadamente 2 hectares de árvores de eucaliptos para abrir o caminho para plantar milho e feijão.

A ação alegou a ilegalidade das plantações de árvores da Veracel na municipalidade, que ocupam aproximadamente 205.000 hectares, dos que aproximadamente 96.000 estão cobertos por plantações de eucaliptos à custa da Mata Atlântica. O desmatamento pela Veracel com tratores e buldôzers durante seus primeiros anos de operação levaram em 17 de junho de 2008 a uma resolução histórica de um tribunal federal, que ordenou a Veracel a replantar essas plantações com árvores nativas e a pagar uma multa de USD 12,5 milhões (ver Boletim Nº 132 do WRM).

Além disso, mais de 20.000 hectares dessas plantações são estabelecidos em terras pertencentes ao governo estadual da Bahia que deveriam ser destinadas a reforma agrária para agricultura em pequena escala (“terras devolutas”) conforme determina a Constituição Federal.

A ação objetivava conscientizar a sociedade brasileira da urgência de dar andamento à demorada Reforma Agrária, bem como denunciar que o poder da Veracel tem levado à desaparecimento de vários cultivos agrícolas de subsistência em Eunápolis e à concentração da terra à custa dos camponeses. O MST quer discutir a produção de monoculturas de árvores no estado e a regularização das “terras devolutas”. Durante os passados dois anos nenhuma terra tem sido tomada pelo governo para reforma agrária” e, de acordo com Marcio Matos, da direção estadual do MST, “enquanto isso, uma companhia tem aqui mais de 20.000 hectares de terras que deveriam ser usados para acabar com a pobreza e a fome na região”.

O escritório da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia em Salvador, a capital do estado, também foi ocupado em 14 de abril, com o objetivo de pressionar o governo estadual para o cumprimento das promessas realizadas em 2007, incluindo inspeção de campo de potenciais áreas de reforma agrária.

La Via Campesina convoca a todos a unir-se neste 17 de abril pelos direitos dos camponeses (direitos à terra, direito às sementes, direito à água...) organizando uma passeata, um debate público, a exibição de um filme, uma exposição de alimentos locais, uma festa, uma ação direta, uma competição de canto, etc. (Para unir-se à ação adira à lista de distribuição para 17 de abril, enviando uma mensagem sem texto para: [http://viacampesina.net/mailman/listinfo/via.17april\\_viacampesina.net](http://viacampesina.net/mailman/listinfo/via.17april_viacampesina.net))

[início](#)

---

### **- China: Em face de dois males: o desmatamento e as plantações de monoculturas de árvores**

A entrada da China no mercado capitalista mundial com a conseguinte expansão acelerada de sua economia veio marcada por uma crescente avidez de madeira.

Na trilha da industrialização, primeiramente foram engolidas as florestas do país. O desmatamento galopante levou à perda irreparável da riqueza natural da China decorrente da desertificação acelerada, o declínio da biodiversidade e a perda de florestas ao ponto de quase não restar nenhuma floresta primária no país. O caso de Yichun serve para ilustrar a problemática. O correspondente do The Guardian, Jonathan Watts, informa (1) que em “Yichun, uma cidade do nordeste na província de Heilongjiang próxima à fronteira fluvial gelada com a Sibéria, as florestas já foram tão densas que a área era conhecida como a Grande Floresta do Norte. No entanto, mais de cinquenta anos de desmatamento insustentável cobraram pedágio. No ano passado (2008), Yichun foi classificada como uma das 12 cidades ‘com recursos esgotados’. ‘Atravessamos uma situação em que não temos madeira para cortar. Nenhuma das florestas está suficientemente madura’, disse Dong Zhiyong, ex -vice -ministro da administração florestal.”

Com o solo exposto à erosão, severas tempestades de areia espancaram o país, ao tempo que o desmatamento- especialmente na parte alta dos sistemas hídricos- contribuiu com enchentes devastadoras que causaram centenas de mortes e milhões de deslocamentos humanos.

Em 1998, foi estabelecida uma abrangente proibição ao desmatamento. O consumo de madeira, porém, continuou aumentando e agora à custa das florestas dos países vizinhos (por exemplo, Birmânia, Camboja, Rússia) bem como de regiões mais distantes tais como a África Ocidental entre outros.

A necessidade de recursos para a fabricação de papel uniu-se à demanda de madeira e como resultado a China lançou em 2000 um programa de plantações de árvores de rápido crescimento e alto rendimento. O programa- que faz parte de um conjunto de seis programas-chaves- deve ser estabelecido em 18 províncias do leste e sudoeste, e até 2012 o governo visa plantar uma área de 44 milhões de hectares (vide Boletim N°85 do WRM). Isso implicou reformas na posse de terras tanto estatais como de propriedade coletiva que passaram a ser privatizadas em um país onde a população agrícola é de 1 bilhão em um total de 1,5 bilhão.

A fim de atrair o investimento privado estabeleceram-se reduções de taxas e deu-se carta branca no manejo das plantações de árvores de rápido crescimento e alto rendimento. Conforme um relatório canadense (2), “as reformas atualmente passam do reconhecimento de bens individuais e o incentivo de empresas privadas ao manejo de recursos naturais em grande escala”.

Diversas empresas de papel e celulose aproveitaram a oportunidade e chegaram à China para investirem em plantações de árvores e na produção de papel. A Stora Enso, que desenvolve um projeto integrado de celulose e papel na região autônoma de Guangxi Zhuang, onde a empresa arrenda 91.000 hectares de terras para plantar eucalipto, planeja atingir os 160.000 hectares até 2010 a fim de abastecer seu projeto de papel e celulose em Beihai (3). A famigerada Asia Pulp and Paper tem participação em mais de 20 empresas de papel e celulose bem como em mais de 20 áreas de plantação de árvores na China. (4) A finlandesa UPM- Kymmene também pretende fazer maiores investimentos em plantações de árvores de rápido crescimento no país. (5)

Logo disparou-se o alarme: a província de Guangdong vivenciou uma seca que é cada vez pior coincidindo com o estabelecimento de cerca de 700.000 hectares plantados com eucaliptos. As autoridades locais bem como os membros da Academia Chinesa expressaram a ligação entre o crescente número de plantações de eucaliptos e a seca cada vez pior em Guangdong (vide Boletim do WRM Nº 106).

A fraqueza do modelo de monoculturas- que carece da proteção natural providenciada pela biodiversidade- fica evidenciada no caso das plantações de álamos, ao se tornarem propensos aos ataques de insetos que causam sérios estragos nas folhas e troncos.

Para corrigir o estrago, foi introduzido um problema ainda pior: as árvores geneticamente modificadas (GM). Foram desenvolvidas duas variedades de álamos transgênicos com o apoio da Alemanha, a FAO e a PNUD: *Populus nigra* e *Populus hybrid* chamadas Álamo-12 e Álamo-741, com a produção da toxina Bt que acaba com os insetos que se alimentam de suas folhas.

Em 2002, ambas variedades foram liberadas para uso comercial. O álamo é uma árvore de rápido crescimento e os planos envolvem o estabelecimento de plantações comerciais com um período de rotação de 10 anos e abrangendo uma área de aproximadamente 17 milhões de hectares até 2012.

A China foi o primeiro país a aprovar a liberação comercial de árvores GM. Conforme Houran Wang da Academia Chinesa de Reflorestamento, “A área exata de plantações de árvores GM não pode ser exatamente calculada devido à facilidade da propagação e do marketing das árvores GM e à dificuldade de distinguir morfologicamente as árvores transgênicas das não transgênicas”. Acrescentou que, “grande parte do material é trasladado de um viveiro a outro e é difícil localizá-lo.” (7)

Apesar das afirmações oficiais de os álamos GM serem variedades femininas com fertilidade alterada- que supostamente previne o cruzamento- o Instituto de Ciências Ambientais de Nanjing já encontrou genes de álamos GM que aparecem nas variedades naturais. Atualmente a ameaça da poluição dos transgênicos tornou-se uma realidade trágica.

O caso da China exemplifica os problemas intrínsecos das plantações de monoculturas de árvores em grande escala, bem como aqueles que provêm das tentativas de abordá-los através da manipulação genética. O reflorestamento é obviamente necessário em um país em que restam poucas florestas mas irá depender de como ele for entendido. O reflorestamento pode significar mais monoculturas de espécies de rápido crescimento para a produção de madeira- incluindo árvores GM- ou plantações biodiversas adaptadas ao meio-ambiente local e com o intuito da restauração florestal. A plantação de bilhões de árvores- como acontece atualmente na China pode ser muito boa ou muito ruim, depende de como seja implementada. Esperamos que os enormes esforços feitos a cada ano pela população chinesa e o governo dêem certo para conseguir reaver as florestas nativas do país.

(1) “China's loggers down chainsaws in attempt to regrow forests”, Jonathan Watts, guardian.co.uk, Quarta-feira, 11 de março de 2009, <http://www.guardian.co.uk/>

[environment/2009/mar/11/china-forests-deforestation](#)

(2) "The Development of China's Forestry Sector and Its Implications for Canada", Jason (Guangyu) Wang, CIC Junior Fellow Preliminary Paper, julho de 2008,

[http://www.canadianinternationalcouncil.org/download/resourcece/archives/foreignpol/cic\\_wang\\_e](http://www.canadianinternationalcouncil.org/download/resourcece/archives/foreignpol/cic_wang_e)

(3) "Stora Enso: Sustainable paper production", China Daily, 2008,

[http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2008-10/24/content\\_7136326.htm](http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2008-10/24/content_7136326.htm)

(4) "Special supplement: APP China pushes green initiative in making white paper", Fu Yu, China Daily, 2008, [http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2008-](http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2008-04/12/content_6611376.htm)

[04/12/content\\_6611376.htm](http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2008-04/12/content_6611376.htm)

(5) "Nation's Tree-planting Strategy to Meet Paper Sector's Needs", China Daily,

<http://www.china.org.cn/english/BAT/87695.htm>

(6) "Seeing once is better than studying a thousand times", GMO Safety, <http://www.gmo-safety.eu/en/wood/poplar/325.docu.html>

(7) "The New Chainsaw", Katie Shafley, The Dominion,

[http://www.dominionpaper.ca/environment/2006/05/20/the\\_new\\_ch.html](http://www.dominionpaper.ca/environment/2006/05/20/the_new_ch.html)

[início](#)

---

### **- Moçambique: projeto de plantações de pinheiros cria desgraça a 31 famílias no norte**

Trinta e uma famílias dos distritos de Lichinga e Sanga no norte de Moçambique estão sem produção nesta campanha 2008/2009, devido da retirada obrigatória das suas áreas de cultivo (*machambas*) para novas através dum megaprojeto de "reflorestamento." A população aponta o dedo acusador aos projectos de reflorestamento como sendo responsáveis pela devastação das suas machambas.

Há menos de 10 anos, Niassa foi identificado pelo Governo Moçambicano e a ajuda bilateral sueca como uma das regiões do mundo com maior potencial para produção de madeira. Mais de 2,4 milhões de hectares foram identificados para possível plantação de madeiras.

Com visto a incentivar investimento no setor florestal, a Fundação Malonda foi criada em 2006 para entrar em parcerias com investidores nacionais e estrangeiros. Para assegurar e atrair investimento, a Fundação tinha necessidade de conseguir concessões de terras vastas. Em Moçambique, o Estado é dono de toda a terra, e pode conceder direito a terras comunitárias só através dum processo de consulta e negociação comunitária. Na prática as consultas e negociações não foram suficientemente abrangentes e inclusivas.

Um novo relatório da Helpdesk da Ajuda Bilateral Sueca (Outubro 2008) sobre as consultas e negociações sobre terras comunitárias confirmou o que há muito se constatou no terreno: "uma tendência para trabalhar somente com as lideranças tradicionais... o que está a resultar num sentido de marginalização por parte da população."

Muitas são as vezes que os régulos tradicionais, imbuídos pela ignorância da lei que regula o uso da terra e por interesses financeiros, assinam documentos dos

investidores da área de reflorestamento, colocando assim em causa os direitos de uso da mesma por parte dos camponeses. Os empresários mantêm contactos com os régulos das respectivas regiões a revelia. As populações só notam a existência de um determinado projecto na fase da sua implementação.

No caso da região de Mussa-Chimbunila no Distrito de Lichinga, a concessão de terra tem sido problemático. Até 25% da concessão feita a Fundação é sobreposta nas terras produtivas das comunidades.

Idrissa Assane, presidente da Associação Agro-pecuária de Mussa disse que viu a sua machamba a ser medida sem qualquer informação. “Na tentativa de obter alguma explicação eu me dirigi às estruturas locais, nomeadamente ao régulo e depois ao posto administrativo e a resposta foi que devia aguardar, para o meu espanto vejo que há um projecto de plantação de árvores no meu terreno e até aqui estou a esperar,” lamenta Assane em 2008.

As 31 famílias de camponeses na região de Assane tinham as suas áreas onde produziam muita comida que sustentava as suas famílias, durante a todo ano. Nas machambas abandonadas por causa da plantação de pinheiros, deixaram muitas fruteiras como as bananeiras, mangueiras, pereiras, papaieiras, ananaseiros, pessegueiras, abacateiros, nespereiras, e outros tubérculos.

Depois de várias queixas ao longo do ano 2008, a Fundação começou a responder a questão de como abrir novas áreas de cultivo para as famílias afetadas. Os técnicos da Fundação abriram novas áreas de cultivo, forneceram sementes e adubo, mas tudo foi muito tardio. O cultivo de milho parece que não vai render quase nada, UNAC testemunhou. Entretanto a Fundação Maloda, prometeu a segurança alimentar nos distritos onde actua.

Baptista Iussufo Imede no povoado de Mussa Distrito de Lichinga lamentou ser retirado obrigatoriamente da sua machamba com muita produção e ser dado uma nova área, com sementeira atrasada com adubo não próprio para adubação de milho acabando pelo amarelecimento da mesma.

Baptista e outras famílias afectadas pelo processo não tem nem sequer uma espiga de milho nem outras culturas, disse Iussufo.

No Boletim “Notícias das Comunidades” da Fundação, vem informação que diz que os camponeses são satisfeitos nas novas machambas. Estas e outras informações neste Boletim não constituem a verdade ou a realidade da comunidade segundo a informação dada pelo Salimo Ndala, no povoado de Mussa. Segundo ele, lamentava a retirada obrigatória, o atraso da lavoura, da sementeira, assim como adubação -- que não são satisfatórios, como vem no Boletim da Fundação. A foto do próprio Ndala aparece no Boletim.

De acordo com algumas vozes comunitárias contactadas pelo Boletim da União Nacional de Camponeses, “em Moçambique as leis só defendem os ricos, não os pobres.” Assim defende Baptista Iussufo Imede no povoado de Mussa Distrito de Lichinga.

“No Niassa, todos projectos de reflorestamento entram com as suas políticas que não favorecem as comunidades em termos de desenvolvimento dos camponeses. Não cumprem a lei de terra, com as suas cláusulas que dizem que terras comunitárias requerem consultas comunitárias, zonas de pastagem, zonas de conservação e direitos costumeiros.”

Ndala falou ao Boletim UNAC, que cada vez mais os camponeses tomam vulneráveis porque alguns régulos trabalham para interesses pessoais.

Remato Issa lamentou que a mulher camponesa muitas das vezes não tem a tomada de decisão: que tudo acaba com os homens, e que a mulher só cumpre.

“Nestas circunstâncias a mulher é a que mais sofre junto com as crianças. Aonde é que esta o combate à pobreza que o Governo sempre canta? Será que o camponês sairá da pobreza sem terra? Será que é este, a revolução verde?” perguntou Remato.

Pelo Alifa Aide, Niassa, Lichinga, Mozambique. Enviado por Janet Gunter, CAFOD, correo electrónico: [jgunter@cafod.org.uk](mailto:jgunter@cafod.org.uk)

[início](#)

---

### **- Venezuela: expropriação de monoculturas de árvores da Smurfit, uma medida carregada de futuro**

Em 1999, o recém-eleito presidente Hugo Chávez recebia uma carta do WRM (vide <http://www.wrm.org.uy/paises/Venezuela/carta260399.html>) em que comunicávamos nossa profunda preocupação pelos prejuízos gerados pelas plantações de monoculturas de árvores da empresa Smurfit Cartón de Venezuela (filial do Smurfit Kappa Group, líder da produção de papelão para o mercado europeu) sobre as comunidades camponesas do Estado de Portuguesa.

A carta transmitia as observações decorrentes da visita do WRM à região em 1998, antes da posse de Chávez e em resposta ao pedido das pessoas do local.

O conflito entre a Smurfit e as comunidades camponesas da região era reflexo da incompatibilidade de dois modelos produtivos: o agronegócio de monoculturas em grande escala e a produção camponesa diversa e em pequena e média escala.

Já na sua chegada, a Smurfit realizou atividades que acarretaram prejuízos aos camponeses locais pobres e com escassez de terras. A empresa começou com o desmatamento para conseguir matéria-prima alterando assim os cursos d'água e afetando, em conseqüência, a presença dos animais, peixes e plantas locais que constituíam os recursos alimentícios para a população local. Depois de destruir as florestas começou a plantar monoculturas de árvores de rápido crescimento- eucaliptos, pinheiros e gmelinas- com os consabidos impactos nas águas subterrâneas pelo alto consumo destas plantações.

Na visita à região, o representante do WRM recolheu, entre outras coisas, a denúncia

dos moradores quanto aos “importantes impactos sobre a água poucos meses depois de serem estabelecidas as plantações da Smurfit. Como no mundo todo, os impactos são o resultado do elevado consumo de água por estas plantações de rápido crescimento. Mas neste caso acrescentam-se a destruição deliberada de cursos d’água com buldôzeres, que aplanam o terreno para poder assim plantar mais árvores (a política da empresa parece ser que cada centímetro de terra deve ser plantado) e a destruição da mata ciliar que protege e regula as bacias hídricas. O resultado (obviamente negado pelos “especialistas” que a empresa periodicamente traz para demonstrar o indemonstrável) é que os riachos estão secando e o volume de água dos poços é cada vez menor. Animais, peixes e plantas locais, que providenciavam muitos dos recursos alimentícios da população local também estão desaparecendo a passos largos, a medida que seus habitats naturais são substituídos por desertos verdes de árvores e a medida que são clareadas mais florestas para alimentar a planta de celulose. ‘Nunca tenho visto um pássaro que pouse em uma dessas árvores’, dizem os moradores.

E acrescentam que anteriormente os coelhos eram abundantes e que agora só podem ser encontrados bem longe das plantações. Contam que anteriormente caçavam tatus, veados e que consumiam peixes do riacho, mas agora, por causa das plantações, quase desapareceram.” (Vide <http://www.wrm.org.uy/paises/Venezuela/discordia.html>)

O conflito estourou em 1997. Uma fumigação aérea com herbicidas realizada pela Smurfit destruiu 190 hectares de lavouras e provocou a intoxicação de escolares. Além disso, a Smurfit comprou o estabelecimento “La Productora” que os camponeses esperavam que fosse concedida a eles no contexto do programa nacional de reforma agrária. O extenso estabelecimento tinha se dedicado à produção agrícola comercial e à criação de gado mas os camponeses das comunidades contíguas de Morador e Tierra Buena tinham livre acesso a ela para atividades de pescaria, caça e lazer. Quando passou para as mãos da Smurfit a situação mudou radicalmente: a terra foi ocupada por monoculturas de árvores e cercada com arame farpado, cães e homens armados para impedir a passagem.

No dia 14 de julho de 1997, os camponeses, amparados sob a legislação venezuelana que proíbe a existência de latifúndios e prioriza a concessão de terras agrícolas, ocuparam La Productora. A resposta foi uma cruenta repressão (vide Boletim Nº 18 do WRM).

A carta que em 1999 o WRM encaminhou ao novo presidente venezuelano e à Comissão do Meio Ambiente do Senado da Venezuela sobre esta problemática situação, constituiu uma ação internacional em apoio à luta dessas comunidades. A esse respeito, afirmava-se, “Entre os múltiplos problemas que tal empresa [Smurfit] tem gerado na região, salientam-se os referentes ao impacto de suas vastas monoculturas florestais sobre a água, a flora e a fauna, que acarretam sérios problemas para a subsistência dos moradores locais.” (Vide Boletim Nº22 do WRM).

Em 2004, o WRM reiterou ao presidente da Venezuela o pedido de apoio aos camponeses da região para que fosse realizada uma negociação com a Smurfit na hora em que a empresa parecia estar disposta a negociar com os camponeses (vide carta em <http://www.wrm.org.uy/paises/Venezuela/carta181104.html>).

Os processos são ponderados à luz de sua perspectiva histórica; dificilmente sejam obtidos resultados bem-sucedidos tangíveis e mensuráveis no curto prazo. E é possível dizer que isso ocorreu no caso da resistência à empresa Smurfit e suas plantações florestais em grande escala.

Em 2007, após “cumprir com todas as exigências da lei”, o Instituto Nacional de Terras (Inti) venezuelano recuperou os mais de dois mil hectares do estabelecimento La Productora em poder da Smurfit, e o declarou como superfície infra- utilizada. A partir de então, as terras passaram a fazer parte de projetos agro-produtivos a ser executados por uns 700 camponeses organizados em 32 cooperativas, no contexto da criação de “um novo sistema de produção social que permitirá que os camponeses aproveitem a vocação da terra e se insiram no aparelho produtivo”. (1)

Hoje, após mais de dez anos daqueles conflitos e da ação liderada pelo WRM contra as monoculturas de árvores, o governo da Venezuela tomou o controle de mais 1500 hectares de terras da Smurfit na faixa central do estado de Lara, plantados com monoculturas de eucaliptos e gmelinas. A medida de expropriação foi adotada em função de considerar que as terras não eram utilizadas conforme o estabelecido pelas regulamentações governamentais. O eucalipto usado para a produção de papel “suga a água do subsolo, estão secando os rios”, alertou Chávez. (2)

Em tempos de crise do modelo econômico corporativo mundial torna-se vital garantir o acesso aos alimentos. Na Venezuela, assim foi compreendido. “Vamos explorar de forma racional essa madeira (de eucalipto) e vamos semear outras coisas aí (...) carotas (feijão preto), milho, sorgo, iúca, inhame”, foi a promessa do presidente venezuelano. (3)

Já está na hora de afastar-se de um modelo produtivo como o das plantações florestais em grande escala, que resulta lucrativo para alguns mas é nefasto para o ambiente e as comunidades, para aqueles que têm como meios de vida os bens naturais. Neste caso, o governo venezuelano finalmente o reconheceu: “A transnacional denominada Smurfit, produtora de papelão, semeia um tipo específico de madeira, que só traz benefícios para os proprietários da empresa”.

Esta medida, além de ser importante para as comunidades camponesas da região, tem sem dúvidas a força simbólica de marcar o rumo para a soberania alimentar, para o desmantelamento de modelos mono- produtivos, em grande escala, excludentes e destrutivos. O caminho para consegui-lo continua fazendo parte do processo.

Artigo baseado em informação obtida de:

(1) Inti iniciou na Portuguesa resgate de finca La Productora,  
<http://www.mnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=19&t=45113>

(2) “Chávez expropriou os terrenos da papeleira irlandesa Kappa”, AP,  
[http://www.elpais.com.uy/09/03/06/ultmo\\_402921.asp](http://www.elpais.com.uy/09/03/06/ultmo_402921.asp)

(3) Chávez anuncia a intervenção dos terrenos da papeleira Smurfit Kappa, EFE,  
<http://www.abc.es/20090306/internacional-iberoamerica/chavez-anuncia-intervencion-terrenos-200903060236.html>

---

## DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO WRM

### - Declaração de Heredia “Clima, Florestas e Plantações”

De 24 a 28 de março se realizou em Heredia, Costa Rica, a reunião internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), ao redor da temática “clima, florestas e plantações” e suas relações com as comunidades locais.

@s participantes, provind@s de 21 países, refletiram, dialogaram e intercambiaram experiências e informação. Concordaram em que a mudança climática é “a conseqüência inevitável de um sistema socioeconômico e político que tem transformado a natureza e as pessoas em mercadorias”, que as monoculturas “deslocam comunidades, destroem florestas, poluem o planeta e geram mais mudança climática” e que “a defesa do clima, as florestas e outros ecossistemas pelos povos é a única alternativa possível para o futuro que estamos construindo”.

Os resultados do encontro, que objetivaram especialmente o compromisso de “desenvolver nossa própria agenda, focalizada nas necessidades e lutas de nossos povos, para gerar e contribuir com um movimento social amplo com o objetivo de transformar este sistema de baixo para cima”, ficaram assentados na Declaração de Heredia, que se reproduz textualmente a seguir:

### **Declaração de Heredia Clima, Florestas e Plantações Heredia, 28 de março de 2009**

Nós, organizações da sociedade civil de todos os continentes nos reunimos em Costa Rica entre os dias 24 e 28 de março para compartilhar experiências, visitar comunidades camponesas, refletir e gerar propostas sobre o clima, as florestas e as plantações.

Na primeira parte de nosso encontro, visitamos comunidades camponesas do norte do país e pudemos verificar o impacto da monocultura do abacaxi sobre as comunidades locais, seus territórios, suas fontes de água, sua saúde e os ecossistemas locais e comprovar como as comunidades camponesas continuam protegendo e regenerando suas florestas perante todas as agressões que recebem.

Pudemos verificar às claras a maneira na que a imposição de um modelo agroexportador que se repete com diferentes formas e produtos no mundo inteiro, contribui com o atual desastre climático. Este modelo de exportação de produtos básicos, com suas monoculturas, o uso intensivo de agroquímicos baseados em combustível fóssil e o transporte de produtos através de milhares de quilômetros para o consumo do Norte rico, é uma das principais causas da atual crise climática.

Costa Rica se vende ao mundo como um país “verde” que defende suas florestas e sua biodiversidade. No entanto, temos verificado que essa imagem não reflete a realidade do povo e do ambiente de Costa Rica.

Depois de dois dias de refletimos sobre as causas que tem levado nossas sociedades a essa situação e sobre as propostas que desde os âmbitos oficiais se estão realizando, queremos compartilhar nossas conclusões, nossos compromissos e nossas propostas para enfrentar a mudança climática.

Nossa primeira conclusão é que a mudança climática é a consequência inevitável de um sistema socioeconômico e político que tem transformado a natureza e as pessoas em mercadorias. Apesar de que a mudança climática é uma das ameaças mais sérias que enfrentaremos para o futuro, faz parte de uma cadeia de crises que têm estado acontecendo nos últimos anos.

Em segundo lugar, temos chegado à conclusão de que nenhuma das soluções propostas pelos governos e as Nações Unidas se ocupa realmente das causas da mudança climática.

Temos concluído que o comércio do carbono, o mecanismo conhecido por sua sigla em inglês como REDD, o pagamento por serviços ambientais e todos os mecanismos de mitigação baseados no mercado são instrumentos que não apenas não cumprem o objetivo declarado, mas promovem a mercantilização de toda a vida e portanto a destruição de nosso planeta e o agravamento da mudança climática. Todas essas propostas se transformam em “alvos móveis” que, mudando permanentemente, tentam nos distrair dos verdadeiros problemas.

O mercado global e suas grandes corporações se têm apropriado das negociações sobre Mudança Climática nas Nações Unidas e as têm seqüestrado, transformando-as em um espaço para negócios que de nenhum jeito respondem às necessidades e as medidas que devem tomar-se urgentemente.

O Banco Mundial, que tem sido responsável de financiar a destruição do planeta, agora está encabeçando o assunto do clima, promovendo modelos de mercados fracassados que fazem zombaria das tentativas de enfrentar-se com a crise climática.

As tecnologias que estão sendo desenvolvidas como resposta, tais como os agrocombustíveis, plantas transgênicas, o uso do “biochar” e outras similares, também não são uma resposta real à mudança climática. Por trás de todas essas falsas soluções estão as grandes corporações com a cumplicidade dos governos, que se têm transformado em simples facilitadores dos negócios das mesmas. Ao mesmo tempo, são também os governos os que promovem a repressão e a criminalização das pessoas e organizações que resistem a imposição de plantações, monoculturas e todas essas falsas soluções.

Portanto, nos comprometemos a desenvolver nossa própria agenda, focalizada nas necessidades e lutas de nossos povos, para gerar e contribuir com um movimento social amplo com o objetivo de transformar este sistema de baixo para cima.

Nesse quadro, a defesa do clima, as florestas e outros ecossistemas pelos povos é a única alternativa possível para o futuro que estamos construindo. As mulheres desenvolvem uma função de liderança fundamental no caminho para mudar as relações

entre as pessoas e com a natureza que privilegie a cooperação por cima da dominação e o controle.

Rejeitamos as plantações e as monoculturas, porque deslocam comunidades, destroem florestas, poluem o planeta e geram mais mudança climática e esse será um dos pontos principais de nossa agenda para o futuro. Sublinhamos que as plantações não são florestas.

Sobre essa base é que nos propomos:

1- A defesa da terra e territórios contra a qualquer tipo de concentração da terra em poucas mãos. Propomos a realização de uma reforma agrária integral, partindo da integração solidária de mulheres e homens com sua terra e a proteção da água e da biodiversidade que nos sustenta. Opomo-nos totalmente às reformas agrárias baseadas no mercado promovidas pelo Banco Mundial, que somente procuram o deslocamento das comunidades para ocupar seus territórios. Nossa proposta é o estabelecimento de uma relação respeitosa com a terra e sem agressão. Entendemos que defender o território é defender nossa cultura e nosso modo de relacionar-nos entre nós e com a terra.

2- Soberania alimentar, entendida como o direito dos povos a decidir no tocante à produção de alimentos e a agricultura. A soberania alimentar começa com a defesa das sementes nativas e o vínculo com a natureza. Para sermos soberanos precisamos produzir em nível local a maior parte de nossos alimentos para nosso consumo em harmonia com a natureza e desta maneira podemos produzir alimentos para todos de forma diversificada, para evitar as monoculturas enquanto “esfriamos o planeta” e combatemos a mudança climática. Esse é o caminho para atingir povos e ecossistemas saudáveis e em equilíbrio.

3- Oposição aos mecanismos para o clima baseados no mercado. Resistiremos e denunciaremos a falsidade do comércio do carbono, o mecanismo REDD ou todas as propostas similares que possam surgir no futuro. Comprometemo-nos a explicar em todos os âmbitos possíveis as razões pelas que esses mecanismos nunca poderão dar uma resposta à atual crise climática.

Atingiremos esses objetivos através da realização de atividades nas que nos iremos coordenando e apoiando:

- Educação e conscientização através da produção de materiais educativos, audiovisuais e todas aquelas ferramentas que nos permitam ampliar a base de pessoas conscientes da problemática.

- Desenvolvimento de estudos de casos para documentar os impactos da Mudança Climática e suas falsas soluções, junto com as comunidades atingidas e acompanhando essas comunidades em suas lutas contra os impactos.

- Criação de alianças com todos os movimentos sociais que questionam este sistema econômico, incluindo povos indígenas, organizações de mulheres, organismos de direitos humanos, sindicatos, etc.

- Apoio aos movimentos de pessoas atingidas pela mudança climática para ajudar a que sua voz se escute e fortalecer suas estratégias de sobrevivência.

- Trabalho em nível local, nacional e internacional de maneira coordenada e solidária.

Voltamos a nossos países irmanados com o povo de Costa Rica em suas lutas contra os tratados de livre comércio e em defesa da biodiversidade, a água, a produção em harmonia com a natureza e um mundo justo e solidário.

Participantes da Reunião do WRM:

Alejandra Porras (COECOCEIBA) - Costa Rica  
Almuth Ernestina (Biofuel Watch) – Reino Unido  
Ana Filippini (WRM) - Uruguai  
Carlos Salvatierra (Savia) - Guatemala  
Carlos Vicente (GRAIN) - Argentina  
Chris Lang (REDD Monitor) - Alemanha  
Eduardo Aguilar (COECOCEIBA) - Costa Rica  
Elizabeth Bravo (Acción Ecológica) - Equador  
Elvin Castellón (FEDICAMP)- Nicarágua  
Francesco Martone (FPP)- Italia  
Ginting Longgena (FoEI) - Indonésia  
Grace Garcia (COECOCEIBA) - Costa Rica  
Gustavo Castro (Otros Mundos / Amigos de la Tierra) - México  
Ines Soares Rodrigues (Via Campesina) - Brasil  
Isaac Rojas (COECOCEIBA) - Costa Rica  
Javier Baltodano (Amigos de la Tierra Internacional) - Costa Rica  
Juan Almendares (Madre Tierra) - Honduras  
Juan Figuerola (COECOCEIBA)- Costa Rica  
Jutta Kill (FERN) - Alemanha  
Lambert Okrah (Institute for Cultural Affaire) - Ghana  
Mariana Porras (COECOCEIBA) - Costa Rica  
Miguel Marín (FEDICAMP) - Nicaragua  
Nicola Bullard (Focus on the Global South) - Filipinas  
Oscar Reyes (Transnational Institute) - Países Baixos  
Ricardo Carrere (WRM) - Uruguai  
Ricardo Navarro (CESTA) - El Salvador  
Sarah Sexton (The Corner House) – Reino Unido  
Winnie Overbeek (Red Alerta contra el Desierto Verde) - Brasil  
Witoon Permpongsacharoen (FER) – Tailândia

[início](#)

---

## MAIS SOBRE PLANTAÇÕES

**- Ignorância deliberada: a FAO e as plantações industriais de árvores**

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação há muito tempo vem

trabalhando em defesa da indústria das plantações. Uma das estratégias da FAO para apoiar o avanço das monoculturas é fazer de conta que as plantações industriais de árvores são florestas.

Em dezembro de 2008, o *Forest Products Journal* publicou um relatório intitulado “Wood from planted forests: A global outlook 2005-2030” [Madeira de florestas plantadas: Uma perspectiva global de 2005 até 2030], escrito por Jim Carle e Peter Holmgren, dois especialistas florestais da FAO. O documento reitera o mito de as plantações serem florestas, como se através da reiteração o mito for se tornar, milagrosamente, verdadeiro.

Parece que Carle e Holmgren têm tanta certeza de suas afirmações que nem se esforçam em ler informações que possam contradizê-los. A bibliografia citada no documento não inclui nenhum dos muitos relatórios, artigos ou vídeos que documentam o impacto social e ambiental das plantações industriais de árvores. Em troca, fizeram a triagem de evidências provenientes de fontes defensoras da indústria.

Carle e Holmgren afirmam, “as florestas plantadas têm um papel importante no fornecimento de benefícios econômicos e sociais para erradicar a pobreza nos países em desenvolvimento e nos países industrializados onde os grupos marginalizados e os povos indígenas foram anteriormente excluídos dos benefícios nos processos de desenvolvimento.” A fonte desta afirmação é um livro publicado pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) em 2005.

Um ano antes, o IIED tinha elaborado um relatório sobre as plantações industriais de árvores na África do Sul, chegando a uma conclusão bem diferente: “os empregos gerados pela contratação florestal não podem tirar a grande maioria dos trabalhadores florestais, principalmente mulheres, da pobreza crônica, ou impedi-los de cair ainda mais na pobreza.” Carle e Holmgren conhecem esse relatório, ou pelo menos deveriam. Eu enviei o relatório a eles em junho de 2008. Como não responderam, o enviei novamente em setembro de 2008. Mas Carle e Holmgren têm uma singela estratégia para lidar com tudo aquilo que contradizer suas conclusões predeterminadas: ignorá-lo.

Uma das fontes citadas no relatório é um documento de 2003, intitulado “Fast- Wood Forestry: Myths and Realities” [Reflorestamento com árvores de crescimento rápido: mitos e realidades] publicado pelo Centro para a Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR). Esse relatório aponta que, apesar da freqüente alegação de as plantações industriais de árvores tirar pressão das florestas naturais, “essa alegação é altamente tendenciosa.” O relatório do CIFOR explica que, “Pode ser verdadeiro para um pequeno número de países- Nova Zelândia e Sri Lanka são citados com freqüência- mas há escassas evidências que sugiram que as plantações de árvores de crescimento rápido tenham tirado pressão das florestas naturais em outros lugares.”

Se Carle leu a explicação, não a compreendeu. “As florestas plantadas podem, até certo ponto, tirar pressão das florestas indígenas”, ele afirma em um vídeo do site da FAO. “Com certeza há muitos exemplos de países que foram alvo de um programa de desenvolvimento de florestas plantadas nos quais atualmente cerca de 90 a 100 por cento da produção industrial de madeira em tora provém de florestas plantadas. E

destinaram suas florestas indígenas fundamentalmente para conservação, manejo de áreas protegidas, parques nacionais, reservas e atividades de lazer.”

Carle não diz de que países está falando. Também não explica que a atual expansão das plantações industriais de árvores é nos países do Sul e objetiva satisfazer o consumo excessivo nos países do Norte. Ele não descreve a destruição maciça das florestas na Indonésia para alimentar as fábricas de papel e celulose. Nos últimos anos, as plantações industriais de árvores no Brasil têm se espalhado mais rapidamente do que na maior parte dos países. Não obstante, o Brasil também tem uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. Isso não significa que as plantações são a causa do desmatamento senão que as plantações não têm aliviado a pressão sobre as florestas naturais. Quando as florestas são clareadas para abrir caminho às lavouras agrícolas, como é o caso do Brasil, é difícil ver como as plantações de árvores poderiam reduzir o desmatamento. Certamente, alguém que trabalhe para uma organização cujo nome inclui as palavras “Alimentação” e “Agricultura” não deveria ser capaz de compreender isso?

Em setembro de 2008, Raquel Nuñez do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais reuniu-se com os funcionários da FAO Jim Carle, Peter Holmgren e José Antonio Prado e entregou a eles uma declaração intitulada “As plantações de monoculturas de árvores não são florestas”. A declaração, assinada por mais de 100 profissionais e estudantes florestais de 29 países, aponta alguns dos impactos que as plantações têm sobre as comunidades locais, a saber, perda de biodiversidade, mudanças nos ciclos hídricos, conflitos com as empresas florestais, diminuição do emprego, expulsão das populações rurais e destruição da paisagem natural. Carle e Holmgren não deixaram de ser coerentes. Eles ignoraram a declaração.

No site, a FAO ilustra seu comunicado de imprensa sobre o relatório “Madeira de florestas plantadas” com uma foto das plantações de monoculturas de eucaliptos da Veracel no Brasil. A legenda diz: “A produção industrial de madeira em toras de florestas plantadas, Brasil”. Não nos resta dúvida nenhuma de que as “florestas plantadas” às quais a FAO está se referindo são de fato plantações industriais de árvores. Mas a FAO nada diz sobre os impactos das plantações da Veracel.

Uma recente publicação da ONG brasileira CEPEDDES documenta o impacto das plantações da Veracel sobre a água, o meio ambiente, os trabalhadores e as comunidades rurais. A CEPEDDES cita um trabalhador rural: “Me sinto atacado por ter que viver cada dia na frente deste ‘mar de eucaliptos’. Cada dia vemos que nossos córregos, lagoas e mananciais estão secando... E agora o que resta é que só podemos sentir saudade da beleza do lugar, do cheiro, das cores e dos bandos de pássaros.”

Em vez de continuar ignorando a evidência, a FAO deveria ouvir as populações que vivem com os impactos das plantações. Chega da ignorância deliberada da FAO

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

---

**- FSC: cada vez mais sozinho na trilha da certificação de plantações de árvores**

Até o ano passado, o Conselho de Manejo Florestal (FSC) tinha certificado 8,6 milhões de hectares de plantações industriais de árvores apesar da ampla evidência relacionada com a insustentabilidade ambiental e social das plantações de monoculturas de árvores em grande escala.

Cientes de o selo do FSC servir maioritariamente para providenciar uma maquiagem verde às corporações, as ONGs, uma após outra, vêm se retirando desta organização internacional que vêm perdendo credibilidade no tocante à certificação.

Desta vez foi a organização ambientalista alemã Robin Wood que abandonou o FSC International depois de ter sido membro durante mais de doze anos. Explicaram que o motivo para essa ação, “é, acima de tudo, que as monoculturas industriais como as plantações de eucaliptos também recebem o selo do FSC.” “ROBIN WOOD não encontra justificativa ao fato de as enormes plantações de eucaliptos e pinheiros instaladas em países do Sul como Brasil, África do Sul e Uruguai terem o selo do FSC. A expansão dessas plantações deslocam com frequência as populações locais de seus lugares tradicionais, o que leva a significativos conflitos sociais. Além disso, essas monoculturas são cultivadas com agroquímicos e fertilizantes químicos. Sob o ponto de vista da ROBIN WOOD isso não é ecologicamente compatível nem socialmente justo”, afirma um comunicado de imprensa da organização.

“Já não queremos carregar com a responsabilidade conjunta de as monoculturas industriais receberem o ‘selo verde’ por parte do FSC”, explica Peter Gerhardt, responsável pelas florestas tropicais na ROBIN WOOD.

Fonte: “ROBIN WOOD leaves FSC-International”, ROBIN WOOD  
Comunicado de imprensa, Hamburgo, 16 de março de 2009. Por maiores informações:  
Peter Gerhardt, florestas tropicais, [tropenwald@robinwood.de](mailto:tropenwald@robinwood.de), Rudolf Fenner,  
[wald@robinwood.de](mailto:wald@robinwood.de)

[início](#)

---

## - Novas publicações do WRM

O WRM elaborou quatro novas publicações com o intuito de fornecer ferramentas úteis para a ação. A publicação “**Ethanol from cellulose: A technology that could spell disaster**” refere à tecnologia emergente que visa transformar a celulose das plantas em diferentes tipos de combustíveis tais como o etanol líquido, que pode ser usado no transporte como uma alternativa para a gasolina. A pesquisa examina os atores envolvidos inclusive a indústria de papel e celulose bem como as ameaças principais: desmatamento maior e mais intenso, maior expansão das plantações de monoculturas de árvores, árvores geneticamente modificadas, maior poderio das grandes corporações que levam a escala e concentração maiores.

As plantações de monoculturas de eucaliptos, dendezeiros, seringueiras e jatrofa vêm avançando sobre as terras e florestas das comunidades locais nos países da região do Mekong- Birmânia, Camboja, China, Laos, Tailândia e Vietnã. “**Regional perspectives on**

**plantations: An overview on the Mekong Basin**” descreve os graves impactos sociais e ambientais de tais plantações em uma região cuja população tem considerado os rios e as florestas como locais de caça, pescaria e coleta e onde a terra produz arroz e diversas lavouras enquanto providencia um lar para as comunidades locais. Atualmente, investidores ávidos vêm arremetendo para a área a fim de explorar as terras e gerar riqueza enchendo seus bolsos.- Contudo, a resistência das comunidades locais vai em frente apesar dos difíceis cenários políticos

As plantações de madeira no sul da África estão concentradas na África do Sul e na Suazilândia e também se espalham para Moçambique. **“Regional perspectives on plantations: An overview on Southern Africa”** diz respeito à indústria das plantações de monoculturas de árvores na região, dominada por duas gigantes sul-africanas do papel e celulose- a Mondi e a Sappi- e providencia uma visão geral da oposição às plantações de árvores, em cada país.

Os impactos sociais e ambientais das plantações de dendezeiros e seringueiras na África tropical são bem semelhantes em vários sentidos. Nos dois casos há apropriação de vastas áreas de terras que até agora têm estado nas mãos de comunidades indígenas ou camponesas e que têm providenciado seu sustento. **“Regional perspectives on plantations: An overview on Western and Central Africa”** leva em consideração uma diferença entre as duas plantações: enquanto a seringueira é uma espécie exótica trazida pelo poder colonial, o dendezeiro é uma espécie nativa em muitos países da África Ocidental e faz parte da cultura das comunidades locais. Isso resulta difícil para as comunidades locais compreenderem por que essas espécies- quando plantadas em escala industrial- podem resultar em impactos negativos. Há, porém, muitas formas de resistência “anônima”, espontânea e individual levada a cabo por moradores dos arredores dessas plantações.

início

---

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere  
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

